



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 05 de março de 2026.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 1013/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1013/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 04/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 19/12/2025 por Julio Henrique Maschio Motivo: Levantamento de informações necessárias para o atendimento ainda não terminou
Solicitação REQUISITO as seguintes informações referentes ao evento chamado "Arraiá da Feira Hippie Itinerante" (na Praça Celly Campello) realizado no dia 05 de junho de 2025, sob a Coordenação do servidor Mário César Mello da Silva (matricula nº133.153-1), por meio da Secretaria de Turismo e Cultura: Cópia das autorizações relativas ao Uso e Ocupação do Solo concedidas pela SETEC; Cópia das taxas recolhidas (individualmente) referentes ao Uso e Ocupação do Solo (SETEC) dos expositores participantes; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Guarda Municipal; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Polícia Militar; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à EMDEC; Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento do ECAD (sobre utilização de som mecânico e apresentações musicais; Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento dos artistas que se apresentaram no evento ou contrato; Cópia do contrato dos prestadores de serviço envolvidos na produção do evento; ajudantes/montadores, barracas, tendas, palco, som e iluminação; Cópia dos materiais publicitários (físicos e/ou digitais) utilizados na divulgação do evento; AVCB para Eventos Temporários ou Alvará de Autorização para Eventos Temporários EMITIDO pelo Corpo de Bombeiros para a realização do evento; Documentação relativa à eventuais direcionamentos de EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS.;			

A **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)** ofereceu a seguinte resposta:

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre **Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello)**, realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17280679.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17280747, 17280784, 17280855 e 17280880), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

A **SECULT** juntou os documentos mencionados na manifestação supra.

Insatisfeito(a), o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1013/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 08/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 16/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação ***DEVIDO à limitação de caracteres neste campo do site para explanar sobre as motivações do RECURSO, JUNTO o PDF anexo chamado "RECURSO ADM 1º Inst. n.1013-2021 F.H.I. Pça Celly Campello 05-06-2025.pdf" para trazer os questionamentos oportunos. VI - DOS PEDIDOS Diante do exposto, REQUER: 1. O provimento integral do presente recurso (ANEXO 1); 2. A complementação das informações em todos os itens detalhados NO ARQUIVO DO RECURSO e suas respostas organizadas conforme numeração especificada, para maior organização textual (Ex.: RESPOSTA: III - 1., item 1 = ...); 3. A juntada de documentação comprobatória completa, ou, alternativamente, 4. A apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para cada negativa ou inexistência alegada. Termos em que, Pede deferimento. Campinas/SP, 08 de janeiro de 2026. Marcelo Bonifácio			

Em anexo, apresentou recurso administrativo **ampliando o pedido inicial, questionando a atuação da SECULT e requerendo novos elementos**, com destaques em vermelho, conforme segue:

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

A Administração juntou autorização da SETEC, porém **limitou-se ao documento final**, sem apresentar:

- o **processo administrativo integral**,
- pareceres técnicos,
- critérios adotados para liberação do espaço,
- fundamentação para autorização de evento com estrutura, música e público numeroso.

- Requer-se:

1. o inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. os pareceres técnicos e fundamentos legais da autorização;
3. a indicação de eventuais condicionantes técnicas analisadas ou dispensadas.

2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma que a autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, **sem apresentar qualquer ato formal de isenção** ou base legal específica.

- Requer-se:

1. o ato administrativo formal de isenção, se existente;
2. a base legal municipal que autorize tal dispensa;
3. esclarecimento se a isenção abrangeu todos os **22 expositores**.

3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio. Contudo, os próprios documentos afirmam que o evento foi **realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**, caracterizando **organização institucional**, e não mero apoio.

- Requer-se:

1. esclarecimento formal sobre o grau de responsabilidade institucional assumida;
2. informação sobre medidas efetivas de segurança adotadas, além do patrulhamento de rotina.

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação de comunicação à Polícia Militar, apesar de evento com música, público estimado elevado e duração noturna.

- Requer-se:

1. comprovação da comunicação formal à Polícia Militar;
2. ou, alternativamente, justificativa legal expressa para a ausência de comunicação.

5. Comunicação à EMDEC

Embora exista ofício de solicitação, **não foram apresentados relatórios de execução**, ordens de serviço ou comprovação da efetiva implementação das medidas de monitoramento e ordenamento viário.

- Requer-se:

1. relatórios operacionais da EMDEC;
2. ordens de serviço ou registros de execução no dia do evento.

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do contratado ou dos expositores, **posição juridicamente incorreta** (segue anexo “ECAD Regulamento de Arrecadação 2025”).

O evento contou com:

- música ambiente e atrações,
- **sistema de sonorização custeado por recursos públicos,**
- **organização direta da Secretaria,**
- divulgação pública com indicação expressa de atrações musicais.

Nada foi apresentado quanto ao **licenciamento prévio obrigatório**.

- Requer-se:

1. comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. identificação do responsável legal perante o ECAD;
3. ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

7. Pagamento dos Artistas

Não foram apresentados:

- recibos,
- notas fiscais,
- contratos,
- os nomes dos supostos expositores responsáveis pelas contratações,
- nem sequer a **relação nominal dos artistas**.

Tal omissão é incompatível com evento oficialmente divulgado e estruturado pela Administração.

- Requer-se:

1. relação completa dos artistas;
2. forma de contratação;
3. identificação legal (nome, sobrenome e nº de RG) dos supostos expositores responsáveis pelas referidas contratações;
4. comprovantes de pagamento ou justificativa formal de inexistência.

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Infraestrutura

Foram juntadas **notas de empenho que confirmam investimentos públicos**, incluindo:

- **serviço de infraestrutura para eventos (praticáveis 2x1m);**
- **sistema de iluminação;**
- **sistema de sonorização;**
- **instalação, manutenção e coleta de resíduos.**

Entretanto, a resposta tenta afirmar que “as demais estruturas foram viabilizadas pelos expositores”, o que **contraria frontalmente os documentos juntados**.

- Requer-se:

1. apresentação de todos os contratos, ordens de serviço e notas fiscais correspondentes;
2. identificação das responsabilidades técnicas (ART/RRT, quando aplicável);
3. esclarecimento objetivo sobre quais estruturas foram custeadas com recursos públicos e quais não foram (**ou seja, especificar do que se tratam estas “demais estruturas viabilizadas pelos expositores”**);
4. identificação legal (nome, sobrenome e nº de RG) dos referidos expositores supostamente responsáveis por essa viabilização das “**demais estruturas**” citadas pelo Coordenador Mário César.

9. Materiais Publicitários

O print de divulgação juntado pela própria Administração:

- afirma a realização do evento,
- indica **22 expositores**,
- menciona música e programação cultural,
- reforça o caráter institucional do evento.

Não foram apresentados materiais oficiais da Prefeitura.

Requer-se:

1. materiais publicitários oficiais (físicos ou digitais);
2. esclarecimento sobre eventual custeio público da divulgação;
3. **Fotos e vídeos do evento** em 05/06/2025 (mesmo que não publicados na internet) que comprovem e documentem principalmente tudo o que foi viabilizado pelos empenhos juntados na resposta do Coordenador, afinal, é de praxe que tais acontecimentos sejam amplamente registrados em imagens para fins fiscalizatórios e publicitários.

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Alvará para Evento Temporário

A resposta afirma genericamente que não seria necessária regularização junto ao Corpo de Bombeiros, **sem apresentar norma específica, consulta técnica ou parecer formal**, apesar da estrutura montada, iluminação e público expressivo.

- Requer-se:

1. norma específica do CBPMESP aplicável ao caso concreto;
2. eventual consulta técnica ou parecer formal;
3. identificação do responsável técnico pela segurança do evento.

11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não houve **qualquer resposta objetiva** ao item solicitado.

- Requer-se:

1. informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. em caso positivo, identificação do parlamentar, valor, rubrica e forma de execução.

(...)

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER**:

1. o provimento integral do presente recurso;
2. a complementação das informações e documentos solicitados, item a item (obedecendo as numerações organizacionais para melhor tratamento futuro das informações);
3. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para toda negativa ou inexistência alegada.

A **RECORRENTE** juntou, ainda, o Regulamento de Arrecadação do ECAD.

A **SECULT** concedeu **provimento ao recurso de 1ª instância**, determinando à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) a complementação, se houvesse a informação solicitada, nos seguintes termos:

Diante do exposto pelo solicitante Sr. **Marcelo Bonifácio** em seu requerimento de recurso em 1ª instância da LAI nº 1013/2025, decido por acolher o recurso interposto e:

1 - Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC), nos termos do artigo 30 do decreto 22.170/2022 e seus parágrafos subsequentes;

2 - Determino que seja encaminhado à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) para análise e complementação, se houver a informação solicitada.

Ato contínuo, a referida **Coordenadoria Departamental (COFEC)** aborda cada item do recurso de 1ª instância, oferecendo as respostas pertinentes que serão compiladas mais adiante.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** questionando as respostas ofertadas em tópicos a seguir enumerados: I – DO CABIMENTO; II – DA RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL INEQUÍVOCA; III – DAS NOTAS DE EMPENHO E DAS INCONSISTÊNCIAS GRAVES; IV – ECAD E ARTISTAS; V – POLÍCIA MILITAR; VI – CORPO DE BOMBEIROS; VII – DA FALTA DE CONTROLE E PADRÃO INSTITUCIONAL.

Ao final, apresenta os seguintes pedidos:

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER:**

1. Provimento integral do recurso;
2. Complementação documental item a item;
3. **Identificação nominal e documental de todos os terceiros aos quais o Coordenador atribui responsabilidade;**
4. Apresentação de **critérios técnicos de dimensionamento sanitário;**
5. Justificativa formal quanto à **ausência de local de entrega nas notas;**
6. Comprovação de execução efetiva dos serviços;
7. Comprovação de regularidade perante **ECAD e Corpo de Bombeiros.**

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO.**

Isso porque, o recurso de 2ª instância traz pedidos distintos e incrementa substancialmente a **solicitação inicial, cujos itens restaram integralmente respondidos pela SECULT**, inclusive com os acréscimos de 1ª instância, a conferir a **compilação dos respectivos recortes:**

CÓPIA DAS AUTORIZAÇÕES RELATIVAS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CONCEDIDAS PELA SETEC;

CÓPIA DAS TAXAS RECOLHIDAS (INDIVIDUALMENTE) REFERENTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (SETEC) DOS EXPOSITORES PARTICIPANTES;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre **Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello)**, realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não **houve recolhimento**. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de

SETEC-PRESIDENCIA/SETEC-DAF/SETEC-DAF-DIAD/SETEC-DAF-DIAD-ATENDIMENTO

DESPACHO

Campinas, 04 de junho de 2025.

Prezados(as),

A documentação foi emitida conforme autorização expressa da Diretoria Técnica Operacional.

Tendo sido providenciadas as anotações no sistema informatizado, retorno para o que couber.

1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

A Administração juntou autorização da SETEC, porém limitou-se ao documento final, sem apresentar:

- o processo administrativo integral,
- pareceres técnicos,
- critérios adotados para liberação do espaço,
- fundamentação para autorização de evento com estrutura, música e público numeroso.

– Requer-se:

1. O inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. Os pareceres técnicos e fundamentos legais da autorização;
3. A indicação de eventuais condicionantes técnicas analisadas ou dispensadas.

RESPOSTA

1. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (inteiro teor, pareceres técnicos, fundamentos legais das autorizações e condicionantes técnicas e trâmites internos da SETEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma que a autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, sem apresentar qualquer ato formal de isenção ou base legal específica.

– Requer-se:

1. O ato administrativo formal de isenção, se existente;
2. A base legal municipal que autorize tal dispensa;
3. Esclarecimento se a isenção abrange todos os 22 expositores.

RESPOSTA

2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (demonstrativo individual de taxas recolhidas, ato administrativo formal de isenção e base legal que fundamenta eventual dispensa, bem como se a isenção abrange todos os expositores, que são informações de responsabilidades da SETEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À GUARDA MUNICIPAL;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello), realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc.

Prezados,

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realizará, por meio da Coordenadoria de Feiras Culturais e Economia Criativa, o evento "**Feira Hippie Itinerante**", no dia 5 de junho de 2025, na Praça Celly Campello - R. Padre João Francisco de Azevedo, S/N - Jardim Bela Vista, Campinas - SP, 13077-059

Trata-se de um evento cultural e turístico, que reserva para o artesão, um espaço específico, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

a) à **Guarda Municipal de Campinas**: a inclusão destes eventos no patrulhamento de rotina.

3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio. Contudo, os próprios documentos afirmam que o evento foi realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, caracterizando organização institucional, e não mero apoio.

– Requer-se:

1. Esclarecimento formal sobre o grau de responsabilidade institucional assumida;
2. Informação sobre medidas efetivas de segurança adotadas, além do patrulhamento de rotina.

RESPOSTA

3. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (medidas de segurança adotadas que são informações de responsabilidades da Guarda Municipal). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À POLÍCIA MILITAR;

4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação de comunicação à Polícia Militar, apesar de evento com música, público estimado elevado e duração noturna.

– Requer-se:

1. Comprovação da comunicação formal à Polícia Militar;
2. Ou, alternativamente, justificativa legal expressa para a ausência de comunicação.

RESPOSTA

4. A Polícia Militar não foi comunicada em virtude da baixa complexidade dos eventos e pela prévia comunicação a Guarda Municipal.

CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À EMDEC;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre **Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello)**, realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à **EMDEC**, também seguem os ofícios de solicitação doc. **17280679**.

Prezados,

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realizará, por meio da Coordenadoria de Feiras Culturais e Economia Criativa, o evento **"Feira Hippie Itinerante"**, no dia 5 de junho de 2025, na Praça Celly Campello - R. Padre João Francisco de Azevedo, S/N - Jardim Bela Vista, Campinas - SP, 13077-059

Trata-se de um evento cultural e turístico, que reserva para o artesão, um espaço específico, já que ele, simbolicamente, representa a origem da Feira Hippie, criada em 1973. Toda a diversidade de trabalhos tem por objetivo oferecer aos que vão à Feira, produtos que atendam suas necessidades, com qualidade, criatividade e originalidade. É, também, um espaço para um simples passeio, já que o ambiente da Feira se constitui num lugar de entretenimento.

A estimativa é de aproximadamente 1.000 participantes.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

- a) à **Guarda Municipal de Campinas**: a inclusão destes eventos no patrulhamento de rotina.
- b) à **EMDEC**: O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades.

5. Comunicação à EMDEC

Embora exista ofício de solicitação, não foram apresentados relatórios de execução, ordens de serviço ou comprovação da efetiva implementação das medidas de monitoramento e ordenamento viário.

– Requer-se:

1. Relatórios operacionais da EMDEC;
2. Ordens de serviço ou registros de execução no dia do evento.

RESPOSTA

5. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais,

Despacho 17785573 SEI PMC.2025.00187903-16 / pg. 30

ordens de serviço ou registros de execução correspondentes que são informações de responsabilidades da EMDEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU N.F.S DE PAGAMENTO DO ECAD (SOBRE UTILIZAÇÃO DE SOM MECÂNICO E APRESENTAÇÕES MUSICAIS;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello), realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17280679.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do contratado ou dos expositores, posição juridicamente incorreta (segue anexo "ECAD Regulamento de Arrecadação 2025").

O evento contou com:

- música ambiente e atrações,
- sistema de sonorização custeado por recursos públicos,
- organização direta da Secretaria,
- divulgação pública com indicação expressa de atrações musicais. Nada foi apresentado quanto ao licenciamento prévio obrigatório.

– Requer-se:

1. Comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. Identificação do responsável legal perante o ECAD;
3. Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

RESPOSTA

6. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (Comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD; Identificação do responsável legal perante o ECAD; Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa), uma vez que não ocorreu contratação de artista.

CÓPIA DOS RECIBOS E/OU N.F.S DE PAGAMENTO DOS ARTISTAS QUE SE APRESENTARAM NO EVENTO OU CONTRATO;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello), realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17280679.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

7. Pagamento dos Artistas

Não foram apresentados:

- recibos,
- notas fiscais,
- contratos,
- os nomes dos supostos expositores responsáveis pelas contratações,
- nem sequer a relação nominal dos artistas.

Tal omissão é incompatível com evento oficialmente divulgado e estruturado pela Administração.

– Requer-se:

1. Relação completa dos artistas;
2. Forma de contratação;
3. Identificação legal (nome, sobrenome e nº de RG) dos supostos expositores responsáveis pelas referidas contratações;
4. Comprovantes de pagamento ou justificativa formal de inexistência.

RESPOSTA

7. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não realizou a contratação de artista para a "Feira Hippie Itinerante", realizada no bairro Jardim Bela Vista, no dia 5 de junho de 2025, razão pela qual não possui o solicitado, tampouco tem conhecimento dos supostos expositores ditos como responsáveis pelas referidas contratações.

CÓPIA DO CONTRATO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO EVENTO: AJUDANTES/MONTADORES, BARRACAS, TENDAS, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello), realizada em 05/06/2025, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17280679.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17280747, 17280784, 17280855 e 17280880), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Infraestrutura

Foram juntadas notas de empenho que confirmam investimentos públicos, incluindo:

- serviço de infraestrutura para eventos (praticáveis 2x1m);
- sistema de iluminação;
- sistema de sonorização;
- instalação, manutenção e coleta de resíduos.

Entretanto, a resposta tenta afirmar que “as demais estruturas foram viabilizadas pelos expositores”, o que contraria frontalmente os documentos juntados.

– Requer-se:

1. Apresentação de todos os contratos, ordens de serviço e notas fiscais correspondentes;
2. Identificação das responsabilidades técnicas (ART/RRT, quando aplicável);
3. Esclarecimento objetivo sobre quais estruturas foram custeadas com recursos públicos e quais não foram (ou seja, especificar do que se tratam estas “demais estruturas viabilizadas pelos expositores”);
4. Identificação legal (nome, sobrenome e nº de RG) dos referidos expositores supostamente responsáveis por essa viabilização das “demais estruturas” citadas pelo Coordenador Mário César.

RESPOSTA

8.1. Os documentos solicitados (empenhos e ordens de serviço) encontram-se anexos nos docs. 17785506, 17785511, 17785513, 17785514, 17785515, 17785516, 17785517 e 17785518. Quanto aos contratos, sugerimos a consulta por meio do link <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/procuradoria-geral-do-municipio/contratos>

8.4. A iluminação e a sonorização foram as únicas estruturas contratadas por parte desta SECULT que exigiram a emissão de ART, conforme doc. 17785572.

8.3. Para este evento houve a contratação de 8 módulos praticáveis, 2 sanitários químicos, 1 iluminação - tipo 2 e 1 sonorização - tipo 2 por parte desta SECULT.

8.4. Quanto à identificação dos expositores responsáveis, não possuímos a relação de nomes dos envolvidos.

Note-se que a SECULT menciona 2 sanitários químicos, e não 1 como constou em recurso de 2ª instância.

CÓPIA DOS MATERIAIS PUBLICITÁRIOS (FÍSICOS E/OU DIGITAIS) UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DO EVENTO;

8. Contratos de Prestadores de Serviço / Infraestrutura

Foram juntadas notas de empenho que confirmam investimentos públicos, incluindo:

- serviço de infraestrutura para eventos (praticáveis 2x1m);
- sistema de iluminação;
- sistema de sonorização;
- instalação, manutenção e coleta de resíduos.

Entretanto, a resposta tenta afirmar que “as demais estruturas foram viabilizadas pelos expositores”, o que contraria frontalmente os documentos juntados.

– Requer-se:

1. Apresentação de todos os contratos, ordens de serviço e notas fiscais correspondentes;
2. Identificação das responsabilidades técnicas (ART/RRT, quando aplicável);
3. Esclarecimento objetivo sobre quais estruturas foram custeadas com recursos públicos e quais não foram (ou seja, especificar do que se tratam estas “demais estruturas viabilizadas pelos expositores”);
4. Identificação legal (nome, sobrenome e nº de RG) dos referidos expositores supostamente responsáveis por essa viabilização das “demais estruturas” citadas pelo Coordenador Mário César.

RESPOSTA

8.1. Os documentos solicitados (empenhos e ordens de serviço) encontram-se anexos nos docs. 17785506, 17785511, 17785513, 17785514, 17785515, 17785516, 17785517 e 17785518. Quanto aos contratos, sugerimos a consulta por meio do link <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/procuradoria-geral-do-municipio/contratos>

8.4. A iluminação e a sonorização foram as únicas estruturas contratadas por parte desta SECULT que exigiram a emissão de ART, conforme doc. 17785572.

8.3. Para este evento houve a contratação de 8 módulos praticáveis, 2 sanitários químicos, 1 iluminação - tipo 2 e 1 sonorização - tipo 2 por parte desta SECULT.

8.4. Quanto à identificação dos expositores responsáveis, não possuímos a relação de nomes dos envolvidos.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
2620250960060

1. Responsável Técnico

FERNANDO LEONCINI

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 2622593279

Registro: 0685098850-SP

Empresa Contratada: MLC LOCAÇÕES, PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Registro: 2084174-SP

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CPF/CNPJ: 51.885.242/0001-40

Endereço: Avenida AVENIDA ANCHIETA, 200

Nº:

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13015-904

Contrato: 111/2024

Celebrado em: 05/06/2025

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 1.000,00

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Rua PADRE JOÃO FRANCISCO DE AZEVEDO

Nº:

Complemento: Praça Celly Campello

Bairro: JARDIM BELA VISTA

Cidade: Campinas

UF: SP

CEP: 13077-059

Data de Início: 05/06/2025

Previsão de Término: 05/06/2025

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Cultural

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Execução
1

Execução de instalação

de equipamentos de
sonorização

Quantidade

Unidade

60,00000

quillowatt

Execução de instalação

de sistemas de
iluminação

60,00000

quilovolt-ampère

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

EVENTO: "ARRAIÁ DA FEIRA HIPPIE ITINERANTE NO JARDIM BELA VISTA"
End: R. Padre João Francisco de Azevedo, S/N, Praça Celly Campello - Jardim Bela Vista
Data do Evento: 05 de junho de 2025
Data da Montagem: 05 de junho de 2025
Sonorização: 60 KW | Iluminação: 60 KVA

Acompanha os seguintes documentos:

- Anexo K (Atestado de conformidade das Instalações Elétricas) da instrução técnica número 01/2011 emitida pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo

- FO1397E-PMC

6. Declarações

AVCB PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS OU ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO;

Em resposta ao doc. nº 17087288, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre **Arraiá da Feira Hippie Itinerante (Praça Celly Campello), realizada em 05/06/2025**, informamos o seguinte:

Segue em anexo a autorização expedida pela SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17280724, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17280679. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. 17280679.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos os Empenhos e Ordem de Serviço correspondentes (docs. nº 17280747, 17280784, 17280855 e 17280880), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, **conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.**

10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Alvará para Evento Temporário

A resposta afirma genericamente que não seria necessária regularização junto ao Corpo de Bombeiros, sem apresentar norma específica, consulta técnica ou parecer formal, apesar da estrutura montada, iluminação e público expressivo.

– Requer-se:

1. Norma específica do CBPMESP aplicável ao caso concreto;
2. Eventual consulta técnica ou parecer formal;
3. Identificação do responsável técnico pela segurança do evento.

RESPOSTA

10. Esta secretaria não possui o solicitado, visto da natureza do evento ser de baixa complexidade e baixo impacto, não possuir barreiras físicas, controle de acesso e pessoas ou público sobre estruturas como arquibancadas e similares.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À EVENTUAIS DIRECIONAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS.;

11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não houve nenhuma resposta objetiva ao item solicitado.

– Requer-se:

1. Informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. Em caso positivo, identificação do parlamentar, valor, rubrica e forma de execução.

RESPOSTA

11. Em atendimento ao solicitado sobre (destinação de emendas), informa-se que não houve utilização de emenda parlamentar por esta SECULT.

Vale aqui elucidar a **diferença entre 'Negativa de acesso' e 'Informação Inexistente'**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017 (fls. 11/12), a conferir:**

3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".

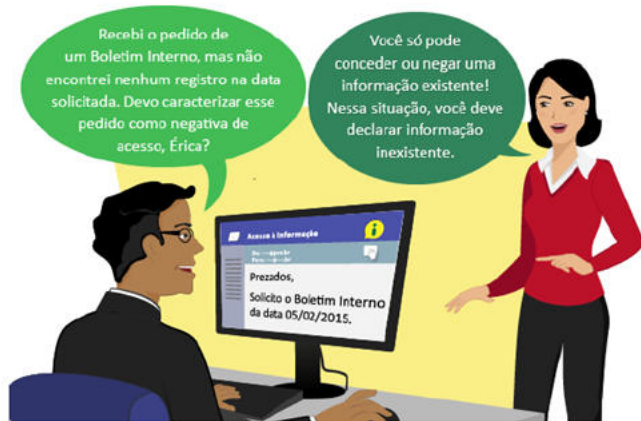


Figura 5: Informação inexistente
Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso³, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Súmula CMRI nº 6/2015

"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, a resposta ofertada pela SECULT de que não possui determinados documentos tem natureza satisfativa.

Cópia de inteiro ou parcial teor de processos, inclusive processos de contratação, deve ser solicitada nos termos do Decreto Municipal nº 21.799/2021, disponível em

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/137940>. **Documentos da lavra das entidades da Administração Indireta**, como EMDEC e SETEC, devem ser objeto de **e-SIC específicos**. Eventual inconformismo **com a conduta, inclusive critérios técnicos adotados por órgãos municipais ou, ainda, com o apoio institucional e logístico a eventos não se resolvem por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)**.

Dessa forma, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[i]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal - OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[i] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Relator(a) da CMJRAI**, em 05/03/2026, às 12:42, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17965070** e o código CRC **0EC33A1F**.